

**DELTA 8.7**



UNITED NATIONS  
UNIVERSITY

Centre for Policy Research



**REPÓRTER  
BRASIL**

# WORKSHOP DA DELTA 8.7 DE PESQUISA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: BRIEFING DO WORKSHOP

---

ISBN 978-92-808-6526-4

Copyright United Nations University, 2021. Todo o conteúdo (texto, visualizações, gráficos), exceto onde especificado de outra forma, é publicado sob uma licença Creative Commons Attribution- Creative Commons Attribution-NonCommercialShareAlike 3.0 IGO (CC BY-NC-SA 3.0 IGO). Usar, postar novamente e citar este conteúdo é permitido sem permissão prévia.

Este briefing foi escrito por Nesrien Hamid como uma publicação original da Delta 8.7 – Plataforma de conhecimento para Aliança 8.7. A Delta 8.7 é financiada pelo Home Office Modern Slavery Innovation Fund (MSIF). Esta publicação foi produzida independentemente do UK Home Office e todas as opiniões expressas são dos autores e não representam a opinião do governo britânico.

Agradecimentos especiais aos nossos parceiros, a Repórter Brasil, especialmente à Marília Ramos, que prestaram apoio indispensável na organização do workshop e na edição do briefing. Todas as fotos neste documento são propriedades da Repórter Brasil.

Conforme previsto nos Termos e Condições de Uso do Delta 8.7, as opiniões expressas neste briefing são as dos participantes do workshop e não refletem necessariamente as da UNU ou de seus parceiros.



UNITED NATIONS  
UNIVERSITY

Centre for Policy Research



REPÓRTER  
BRASIL

## CONTÉUDO

Introdução.....	2
1. Apoio/Assistência às pessoas resgatadas e prevenção da escravidão moderna .....	5
2. Sinergias/Áreas de alinhamento.....	8
3. Lacunas de pesquisa .....	11
Glossário .....	13
Resumo do painel do Brasil .....	14

# INTRODUÇÃO

Em 21 de outubro de 2020, o Programa de Escravidão Moderna no Centro para a Investigação Política da Universidade das Nações Unidas organizou o primeiro Workshop da Delta 8.7 de Pesquisa de Políticas Públicas. O evento reuniu agentes de políticas públicas do Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Ministério da Economia, Polícia Federal e da Organização Internacional do Trabalho, além de membros da sociedade civil e pesquisadores do Brasil e de outros lugares para uma discussão a portas fechadas sobre “o que funciona” no combate à escravidão moderna no país<sup>1</sup>. O workshop foi composto por cinco sessões – cujos temas foram identificados após entrevistas com os participantes:

1. Trabalho escravo nas cadeias produtivas
2. Prevenção e reinserção
3. Trabalho infantil
4. Tráfico de pessoas e trabalho escravo
5. Dados, pesquisa e monitoramento e avaliação

Esses temas serviram como pontos de partida para discussões mais aprofundadas e bastante produtivas que abrangeram desde iniciativas lideradas pela comunidade para combater a escravidão moderna até o possível alinhamento entre os esforços para combater o trabalho escravo e o trabalho infantil. As discussões tiveram como objetivo identificar o que é sabidamente mais eficaz para combater a escravidão moderna no Brasil e para facilitar o intercâmbio entre agentes de políticas públicas e pesquisadores. Este briefing apresenta as recomendações e as questões mais pertinentes que surgiram ao longo do debate.

Três grandes temas emergiram do workshop, dentro os quais estão recomendações de políticas, propostas de programas e projetos, bem como questões para discussão e pesquisa adicionais. São eles:

1. Apoio/Assistência a resgatados e prevenção da escravidão moderna
2. Sinergias/Áreas de alinhamento
3. Lacunas e possibilidades de pesquisa



Figura 1: Condições de alimentos de trabalhadores do garimpo (2018). Foto: Lilo Clareto/Repórter Brasil

<sup>1</sup> Os termos “escravidão moderna” e “escravidão contemporânea” são sinônimos. Este artigo usa o termo escravidão moderna. Consulte o Glossário.

Dadas as causas estruturais, mais especificamente a pobreza e o acesso inadequado à educação e a outros serviços sociais e de saúde, reforçando a vulnerabilidade à escravidão no Brasil, é fundamental desenvolver e implementar políticas e programas eficientes e eficazes de prevenção, apoio e assistência às pessoas resgatadas. Como

parte do processo de recuperação existente, elas têm direito a três parcelas de seguro-desemprego e acesso preferencial a vários benefícios sociais.<sup>2</sup> No entanto, essas medidas não são suficientes para atender suas necessidades nem previnem, por si só, a possibilidade de reexploração. Por isso, as discussões ao longo do workshop destacaram



Figura 2: Perfil do trabalhador escravizado no Brasil. Fonte: “Trabalho escravo e gênero: Quem são as trabalhadoras escravizadas no Brasil?”, Repórter Brasil (2020)<sup>3</sup>



Figura 3: Oficina de costura em São Paulo. Foto: Fernando Martinho/Repórter Brasil

<sup>2</sup> Ministério da Economia, “Seguro-Desemprego Trabalhador Resgatado”, 24 July 2016, <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/seguro-desemprego-2/modalidades/seguro-desemprego-trabalhador-resgatado/>

<sup>3</sup> Os dados apresentados na publicação são da Subsecretaria da Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia (janeiro de 2003 a junho de 2018) e foram sistematizados pela Repórter Brasil. O perfil da mulher escravizada é abordado, em profundidade, ao longo de toda a publicação, de modo que não cabe sua total reprodução aqui. Natália Suzuki, Thiago Casteli e Maíra Costa, “Trabalho escravo e gênero: Quem são as trabalhadoras escravizadas no Brasil?” (São Paulo: Repórter Brasil, 2020), [http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2020/09/GENERO\\_EscravoNemPensar\\_WEB.pdf](http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2020/09/GENERO_EscravoNemPensar_WEB.pdf)

a necessidade de colocar medidas de prevenção, apoio e assistência a pessoas resgatadas como centrais para o combate às causas da escravidão moderna.

Da mesma forma, a discussão destacou sinergias potenciais entre diferentes áreas de foco e ação. Os recursos limitados – e cada vez menores em decorrência da pandemia de COVID-19 – combate ao trabalho infantil podem, por exemplo, servir como mecanismos de prevenção ao trabalho escravo que atinge adultos. Os participantes também ressaltaram a importância da colaboração e do compartilhamento de melhores práticas entre todas as áreas temáticas. A escravidão moderna é um problema com várias causas que necessariamente requer engajamento e cooperação multi-institucionais e intersetoriais.

Por fim, as discussões identificaram lacunas em pesquisas e evidências científicas que precisam ser abordadas. O Brasil está bem à frente de outras nações na questão dos dados publicamente disponíveis que ilustram a natureza e a extensão da escravidão moderna, com iniciativas como o Radar da Inspeção do Trabalho e o Observatório Digital Brasileiro do Trabalho Escravo (SmartLab). Ainda assim, o caminho dos dados para a formulação de políticas baseadas em evidências não é simples e requer o compromisso de agentes de políticas públicas, bem como a atenção dos pesquisadores às realidades e aos desafios contextuais.

A seguir, abaixo de cada um dos três grandes temas identificados acima, o briefing apresenta as recomendações, propostas e questões mais pertinentes levantadas nas discussões.

# 1. APOIO/ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS RESGATADAS E PREVENÇÃO DA ESCRAVIDÃO MODERNA

- A ideia de “reinserção” deve ser questionada porque implica em reajustar os resgatados a um normal problemático por si. A pandemia expôs de maneira inequívoca as fraturas sistêmicas e evidenciou a necessidade de reimaginar e reconstruir políticas públicas dirigidas às comunidades vulneráveis, mais precisamente o provisionamento de uma renda básica universal e o reforço dos programas de proteção social, mais especificamente o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- Embora de um ponto de vista legal e policial não faça muita diferença o uso do termo vítima ou “sobrevivente” (mais usado em inglês), em políticas e programas de prevenção e reintegração é fundamental que o termo “vítima” seja substituído por um que reconheça que os indivíduos que sofreram exploração têm o livre arbítrio para fazer escolhas e participar da tomada de decisões. Não se trata apenas de uma questão semântica: isso destaca o papel que deve ser atribuído às pessoas resgatadas no combate à escravidão. Na verdade, as inspeções e as operações de resgate muitas vezes ocorrem em resposta a denúncias de condições análogas à escravidão feitas pelos indivíduos sujeitos a elas. As pessoas resgatadas, portanto, demonstram sua influência desde o início do processo de saída e integração.
- As pessoas resgatadas devem ser consultadas na concepção dos programas de prevenção e reintegração. Normalmente, elas são tratadas como um objeto que pode ser ajustado a um projeto ou programa existente, e não são questionados sobre quais são as suas necessidades e objetivos. Assistência significativa e sustentável requer engajamento de longo prazo e construção de confiança. Atualmente no Brasil, não existe infraestrutura para acompanhar as pessoas resgatadas depois que deixam as condições de escravidão. A sociedade civil, na medida do possível, tem prestado esse apoio nos últimos anos. Recentemente, o Ministério da Cidadania, em parceria com outras entidades, divulgou este ano diretrizes para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para melhor atender os resgatados do trabalho escravo e do tráfico de pessoas.<sup>4</sup> É desnecessário dizer que isso fragiliza os esforços de reintegração, sem nenhum mecanismo a longo prazo para garantir que as pessoas resgatadas não entrem novamente no ciclo de exploração.
- Os programas e as políticas antiescravistas devem ser “municipalizados” em coordenação com instituições federais e estaduais para garantir que os municípios em todo o Brasil sejam resilientes e capazes de lidar com a incidência da escravidão moderna, bem como de oferecer proteção adequada e apoio/assistência às pessoas resgatadas. As violações de trabalho escravo e tráfico de pessoas costumam ocorrer e/ou começar no local de origem, caracterizado pela extrema pobreza, sem infraestrutura adequada, inclusive educacional.

<sup>4</sup> Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social and Secretaria Nacional de Assistência Social, “O Sistema Único de Assistência Social no Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas” (Brasília: Ministério da Cidadania, 2020), [http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/06/Combate\\_Trabalho\\_Escravo\\_01.06.pdf](http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/06/Combate_Trabalho_Escravo_01.06.pdf)



- O engajamento e o envolvimento de comunidades vulneráveis na formulação de políticas são fundamentais. O desenvolvimento de normas para lidar com mudanças climáticas inclui comunidades indígenas e outras comunidades da linha de frente. Da mesma forma, o trabalho inovador e as vozes das comunidades vulneráveis devem ser incorporados ao desenvolvimento de políticas públicas e normas jurídicas contra a escravidão, tanto em nível nacional quanto internacional.
- As pessoas resgatadas devem acessar serviços de saúde emocional e mental, os quais, muitas vezes, não estão incluídos nas políticas e nos programas de reintegração.
- As comunidades vulneráveis não são monolíticas. Suas necessidades diferem entre si e, sem um envolvimento direcionado e sustentado, os esforços de prevenção e reintegração fracassarão. Por exemplo, as campanhas de prevenção que colocam outdoors em espanhol alertando imigrantes latinoamericanos em São Paulo dos riscos de exploração e tráfico de pessoas no setor de vestuário se mostram ineficazes quando muitos desses imigrantes em risco de tráfico e exploração no setor não são falantes de espanhol – é o caso de bolivianos que falam aymara ou quechua.
- A reforma agrária para dismantelar grandes propriedades é necessária e há muito esperada – a maioria dos resgatados vem de áreas rurais e não tem acesso à terra para cultivo.
- O acesso à educação, especificamente às escolas de tempo integral, é fundamental para combater o trabalho infantil. Essa violação é prevalente entre adolescentes de 14 a 17 anos, coincidindo com a faixa etária com maior probabilidade de evasão escolar. Por isso, é importante aliar a escolarização à formação profissional e ao aprendizado para garantir que os adolescentes adquiram habilidades competitivas em programas formais de aprendizagem. No entanto, a

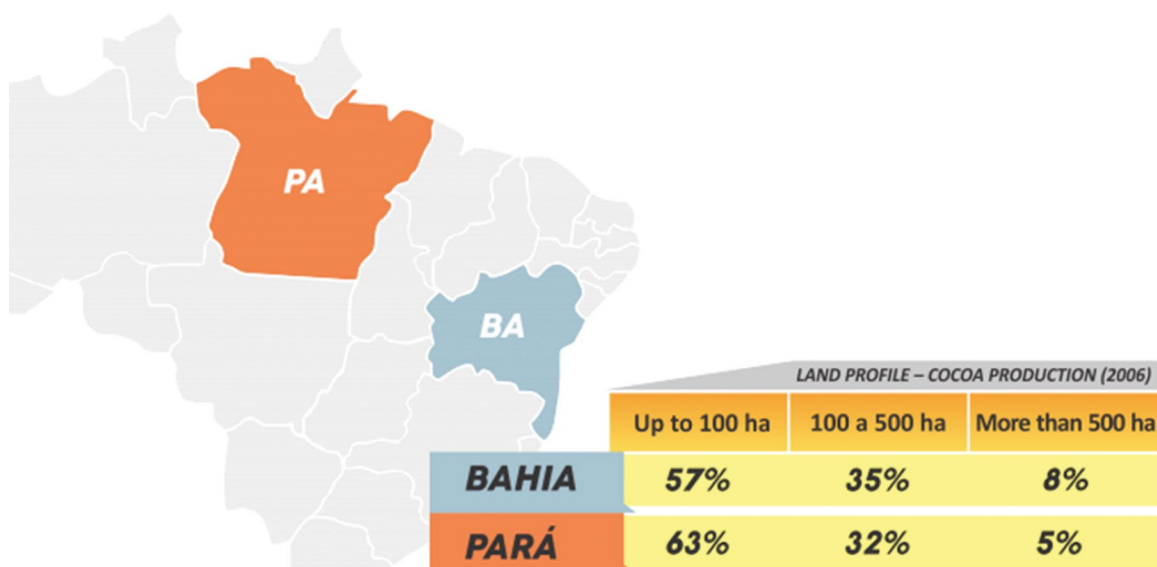


Figura 4: Perfil fundiário na produção de cacau. Fonte: Boletim Monitor #6 “Trabalho escravo no cacau da Bahia”, Repórter Brasil, 2020.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> André Campos & João César Diaz, “Trabalho escravo no cacau da Bahia” (São Paulo: Repórter Brasil, 2020), <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Monitor-6-Cacau-PT.pdf>



formação de competências profissionais deve ser um complemento do ensino regular e não um substituto.

- Retirar as crianças do trabalho infantil passa necessariamente pela garantia de que as famílias e as comunidades sejam fortes e um local de proteção para as crianças contra o trabalho infantil. O acesso às creches também é importante para garantir a proteção e o bem-estar das crianças. Iniciativas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) devem ser fortalecidas.
- A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), por ser o órgão que reúne todos os atores e as organizações trabalhando para combater o trabalho infantil, deve ser reconstituída. Sem uma comissão nacional para o combate ao trabalho infantil, os esforços são fragmentados e assim, fragilizados.<sup>6</sup>
- O apoio e a colaboração de organizações multilaterais são necessários para garantir que o Brasil não retroceda nas leis e nos compromissos de combate à escravidão moderna, além de garantir os direitos humanos fundamentais.



Figura 5: Local onde trabalhadores escravizados para corte ilegal de madeira dormiam. Foto: Lunaé Parracho/Repórter Brasil<sup>7</sup>

<sup>6</sup> A CONAETI foi reconstituída no dia 15 de dezembro de 2020 mas críticos apontaram a capacidade reduzida da comissão reinstituída: Ministério Público do Trabalho, “MPT defende restauração das atribuições da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil”, 21 December 2020, <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/mpt-defende-restauracao-das-atribuicoes-da-comissao-nacional-de-erradicacao-do-trabalho-infantil>

<sup>7</sup> Para mais informações sobre a relação entre trabalho escravo e violações ambientais, veja: Ana Aranha and Tania Caliari, “Trabalho escravo na Amazônia: homens cortam árvores sob risco e ameaça”, *Repórter Brasil*, 13 March 2017, <https://reporterbrasil.org.br/2017/03/trabalho-escravo-na-amazonia-homens-cortam-arvores-sob-risco-e-ameaca/>.

## 2. SINERGIAS/ÁREAS DE ALINHAMENTO

- O trabalho escravo não deve ser tratado isoladamente. O panorama mais amplo de regulamentações trabalhistas é importante. Portanto, os esforços para combater o trabalho escravo também devem buscar melhores direitos e condições trabalhistas de forma mais abrangente.
- A Lei do Dever de Vigilância Corporativa da França<sup>8</sup> pode servir de modelo para uma legislação robusta de responsabilização de empresas por violações trabalhistas, porque é mais abrangente e proativa do que legislações semelhantes em outros países. Essa lei exige que as empresas identifiquem os riscos, em vez de apenas responder retroativamente, e oferece meios de reparação para comunidades e indivíduos afetados.
- Ao estabelecerem seus programas de monitoramento, as empresas devem levar em consideração a existência de e estabelecer diálogos com os sindicatos, que já possuem mecanismos e ferramentas para garantir o respeito aos direitos dos trabalhadores.
- O trabalho infantil e o trabalho escravo de adultos têm causas subjacentes semelhantes: pobreza, desigualdade, exclusão social, racismo estrutural e acesso inadequado à educação. Ambos estão, portanto, intrinsecamente relacionados. Se em um domicílio há incidência de trabalho escravo, é alta a probabilidade de também haver incidência de trabalho infantil. Da mesma forma, a experiência de trabalho infantil torna mais provável que o indivíduo seja

### TYPES OF LABOR INFRACTIONS IDENTIFIED

	Employing unregistered workers
	Undue discounts on salaries
	Payment allegedly below the minimum wage
	Non-payment of mandatory benefits
	Non-compliance with standards for pesticide use

Figura 6: Infrações trabalhistas identificadas no setor cafeeiro. Fonte: Boletim Monitor #5 “Café certificado, trabalhador sem direitos”, Repórter Brasil, 2016.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> “LOI n° 2017-399 du 27 mars 2017 relative au devoir de vigilance des sociétés mères et des entreprises donneuses d’ordre (1)”, *Journal officiel “Lois et Décrets”*, 28 March 2017, <https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000034290626/>

<sup>9</sup> André Campos, “Café certificado, trabalhador sem direitos” (São Paulo: Repórter Brasil, 2016), [https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Cafe%CC%81\\_PT\\_Web.pdf](https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Cafe%CC%81_PT_Web.pdf)

- explorado como um trabalhador adulto, porque não teve acesso à educação nem a outros direitos básicos.<sup>10</sup> E, assim, políticas que visam ambos os problemas devem ser coordenadas.
- O trabalho infantil e o trabalho escravo podem ser combatidos com a quebra do ciclo de vulnerabilidade por meio, dentre outras medidas, da inclusão de sobreviventes em programas sociais, da qualificação profissional, da educação, da garantia de renda básica e dos processos contra os agressores.
  - A participação do setor privado nos esforços de combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil é imprescindível, especialmente na base das cadeias produtivas. O setor privado tem um papel importante a desempenhar nas campanhas de conscientização, que até agora têm sido realizadas principalmente pela sociedade civil.
  - A Inspeção do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e as instituições parceiras devem desenvolver metodologias para responsabilizar devidamente as empresas no topo da cadeia produtiva por violações ocorridas a partir da própria base dessas cadeias. Houve casos de famílias inteiras, inclusive crianças, que podem trabalhar para produzir ou colher o material para venda a intermediários que, por sua vez, acabam vendendo para empresas no topo da cadeia produtiva.
  - O trabalho infantil e o trabalho escravo devem ser levados em consideração em planos nacionais para lidar com as crises econômica e sociais provocadas pela pandemia de COVID-19. Os caminhos para a recuperação devem incluir medidas para erradicar o trabalho escravo e o trabalho infantil. Dentre as medidas recomendadas pela UNICEF e pela Organização Internacional do Trabalho estão: provisão de renda e assistência alimentar para indivíduos que perderam o emprego ou sofreram reduções de jornada ou de salário<sup>11</sup>; concessão de acesso a crédito; estabelecimento de salários mínimos adequados<sup>12</sup>; e garantia de que todas as crianças retornem com segurança à escola.<sup>13</sup>
  - Em todos os planos oficiais de abertura e aquecimento da economia após a pandemia, não há foco suficiente em políticas sociais, que devem estar sempre interligadas às políticas econômicas. O setor informal também deve ser alvo das intervenções de recuperação porque é lá onde ocorre a maioria dos casos de trabalho infantil e de trabalho escravo.
  - Uma legislação específica para responsabilizar as empresas pelo trabalho infantil na cadeia produtiva deve ser desenvolvida e adotada. Também nesse sentido, a criação de uma “lista suja” de trabalho infantil seria um desenvolvimento importante, porque o trabalho infantil é predominante em certos setores econômicos, como cacau, açaí e tabaco.

<sup>10</sup> Organização Internacional do Trabalho, “Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil” (Brasília: OIT, 2011), [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_227533.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227533.pdf).

<sup>11</sup> International Labour Organization, “COVID-19 crisis and the informal economy: Immediate responses and policy challenges”, 5 (Geneva: ILO, 2020), [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/briefingnote/wcms\\_743623.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/briefingnote/wcms_743623.pdf)

<sup>12</sup> International Labour Organization, “Global Wage Report 2020–21: Wages and minimum wages in the time of COVID-19” (Geneva: ILO, 2020), [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_762534.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_762534.pdf)

<sup>13</sup> International Labour Organization and United Nations Children’s Fund, “COVID-19 and Child Labour: A time of crisis, a time to act”, 26-27 (New York: ILO & UNICEF, 2020), <https://www.unicef.org/sites/default/files/2020-06/COVID-19-and-Child-labour-2020.pdf>



- Embora haja uma diferença histórica e conceitual na forma como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas são abordados no Brasil, é fundamental considerar e abordá-los conjuntamente, pois muitas vezes eles fazem parte do mesmo ciclo de exploração que se inicia no local de origem dos trabalhadores. Além disso, eles também têm causas subjacentes semelhantes.
- Realizar formações para procuradores criminais em causas de trabalho escravo e tráfico de pessoas permitirá que desenvolvam expertise a respeito das nuances desses problemas, além de visualizar, entender e enfrentar essas duas questões conjuntamente.



Figura 7: Trabalho infantil para enrolar cigarros de palha. Foto: Daniel Camargos/Repórter Brasil<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Daniel Camargos, “Trabalho infantil, jornada exaustiva e covid-19: o drama dos enroladores de cigarros de palha em MG”, *Repórter Brasil*, 25 August 2020, <https://reporterbrasil.org.br/2020/08/trabalho-infantil-jornada-exaustiva-e-covid-19-o-drama-dos-enroladores-de-cigarros-de-palha-em-mg/>

### 3. LACUNAS DE PESQUISA

- Não existem soluções simples e imediatas para combater a escravidão moderna nas cadeias produtivas. São necessários mecanismos regulatórios, programas de proteção social e iniciativas do setor privado. A pesquisa sócio-jurídica que compara essas opções e avalia a dinâmica da indústria com os regimes jurídicos e o contexto sociopolítico é importante para determinar de maneira mais precisa a combinação mais eficaz de intervenções.
  - As políticas e os programas existentes de trabalho infantil se baseiam em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2015/2016 e do Censo de 2010.<sup>15</sup> A coleta de dados atualizados é urgente para a
- formulação da base de conhecimento sobre o trabalho infantil, inclusive o impacto da pandemia sobre a realidade do problema no Brasil.
- A base de conhecimento em relação às piores formas de trabalho infantil deve ser ampliada. A Inspeção do Trabalho realizou uma avaliação preliminar que estima que aproximadamente 70% dos casos de trabalho infantil podem envolver as piores formas de trabalho infantil. Por isso, um estudo aprofundado sobre a extensão das piores formas de trabalho infantil, como a exploração sexual e o trabalho infantil no tráfico de drogas, é fundamental.



Figura 8: Servidão por dívida ainda ocorre no setor extrativista. Foto: Fernando Martinho/Repórter Brasil<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Os novos dados da PNAD foram divulgados no dia 17 de dezembro de 2020. Adriana Saraiva, “Trabalho infantil cai em 2019, mas 1,8 milhão de crianças estavam nessa situação”, *Agência de Notícias – IBGE*, 18 December 2020, <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29738-trabalho-infantil-cai-em-2019-mas-1-8-milhao-de-criancas-estavam-nessa-situacao>

<sup>16</sup> Mais informações: Thais Lazzeri, “100 anos de servidão”, *Repórter Brasil*, 16 October 2017, <https://reporterbrasil.org.br/servidao-por-divida/>

- Existem desafios para identificar o trabalho infantil nas cadeias de abastecimento. Pesquisas rigorosas podem apresentar evidências e orientações sobre os melhores métodos para as equipes de inspeção abordarem o trabalho infantil nas cadeias de abastecimento.
- Os dados mostram que apenas 5% das mulheres são vítimas de trabalho escravo no Brasil.<sup>17</sup> Essa porcentagem baixa revela a invisibilidade tanto dos tipos de escravidão que as mulheres enfrentam quanto da sua presença em situações análogas à escravidão onde as equipes de fiscalização encontram homens. É necessário, portanto, conduzir pesquisas para iluminar essa lacuna de dados flagrante que afeta o desenvolvimento de políticas e programas.
- Um repositório sistematizado de dados, incluindo processos criminais e laborais, para todos os casos de escravidão moderna no Brasil facilitará uma abordagem proativa das investigações, bem como permitirá que agentes de políticas públicas elaborem planos mais eficazes para combater o trabalho infantil, o trabalho escravo e o tráfico de pessoas.
- As pessoas resgatadas devem ser parte integrante do processo de pesquisa, sem cuja experiência não é possível ter um entendimento preciso do problema. A inclusão efetiva dessas pessoas passa necessariamente pela construção de confiança e engajamento de longo prazo para determinar “o que funciona” no enfrentamento efetivo da escravidão moderna. Isso, por sua vez, requer apoio e financiamento para pesquisas de longo prazo.
- Conhecimento técnico não basta sem apoio e conhecimento locais. Combinar o conhecimento acadêmico e técnico com o conhecimento prático e contextual é fundamental para formular questões de pesquisa mais significativas e relevantes para um contexto específico.
- Promover uma cultura de formulação de políticas com base em evidências requer a concepção de incentivos secundários que levem os formuladores de políticas e os agentes do poder público a tomar decisões baseadas em dados. Esses incentivos secundários podem incluir motivações fiscais ou questões de segurança nacional.

<sup>17</sup> Natália Suzuki, Thiago Casteli e Máira Costa, “Trabalho escravo e gênero: Quem são as trabalhadoras escravizadas no Brasil?” (São Paulo: Repórter Brasil, 2020), [http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2020/09/GENERO\\_EscravoNemPensar\\_WEB.pdf](http://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2020/09/GENERO_EscravoNemPensar_WEB.pdf).

# GLOSSÁRIO

**Escravidão moderna:** Termo geral utilizado para um leque de práticas de exploração que incluem o tráfico de seres humanos, a escravatura, o trabalho forçado, o trabalho infantil, a remoção de órgãos e práticas equiparadas à escravatura.<sup>18</sup>

**Trabalhador resgatado/resgatados:** Uma pessoa que sofreu escravidão moderna, tráfico de pessoas, trabalho forçado ou outra forma de exploração.<sup>19</sup> O termo usado em inglês é “survivor(s)”.

**Trabalho escravo:** “De acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, são elementos que caracterizam o trabalho análogo ao de escravo: condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador), jornada exaustiva (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta a danos à sua saúde ou risco de vida), trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele). Os elementos podem vir juntos ou isoladamente.”<sup>20</sup>

**Trabalho infantil:** Trabalho que priva as crianças da sua infância, potencial e dignidade, e que é prejudicial ao desenvolvimento físico e mental. O trabalho infantil refere-se a trabalho que é mental, física, social ou moralmente perigoso e prejudicial para as crianças e que infere com a sua escolaridade.<sup>21</sup>

**Tráfico de pessoas:** Recrutamento, transporte, transferência, guarida ou receção de pessoas através da ameaça ou recuso à força ou outras formas de coação, rapto, fraude, engano, abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou da execução ou recebimento de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem o controlo sobre uma outra pessoa, para fins de exploração.<sup>22</sup>

**Tráfico sexual:** O uso de violência, ameaças, mentiras, servidão por dívidas e outras formas de ação para obrigar adultos e crianças a participar em atos sexuais comerciais contra a sua vontade.<sup>23</sup>

<sup>18</sup> Joint Standing Committee on Foreign Affairs, Defence and Trade, “Hidden in Plain Sight: An inquiry into establishing a Modern Slavery Act in Australia” (Canberra: Parliament of the Commonwealth of Australia, 2017), [https://www.aph.gov.au/Parliamentary\\_Business/Committees/Joint/Foreign\\_Affairs\\_Defence\\_and\\_Trade/ModernSlavery/Final\\_report/section?id=committees/reportjnt/024102/25035](https://www.aph.gov.au/Parliamentary_Business/Committees/Joint/Foreign_Affairs_Defence_and_Trade/ModernSlavery/Final_report/section?id=committees/reportjnt/024102/25035); Roger Plant, “Modern slavery: The Concepts and their Practical Implications” (Geneva: ILO, 2014)

<sup>19</sup> United Nations, “Glossary on Sexual Exploitation and Abuse” (2017), [https://hr.un.org/sites/hr.un.org/files/SEA%20Glossary%20%20%5BSecond%20Edition%20-%202017%5D%20-%20English\\_0.pdf](https://hr.un.org/sites/hr.un.org/files/SEA%20Glossary%20%20%5BSecond%20Edition%20-%202017%5D%20-%20English_0.pdf)

<sup>20</sup> Repórter Brasil, “O que é trabalho escravo”, <https://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/>

<sup>21</sup> International Labour Organization, “What is child labour”, <https://www.ilo.org/ipec/facts/lang--en/index.htm>; Bureau of International Labour Affairs, “2019 Findings on the Worst Forms of Child Labor – Brazil” (Washington, DC: US Department of Labor, 2019), <https://www.dol.gov/agencies/ilab/resources/reports/child-labor/brazil>

<sup>22</sup> UN General Assembly, “Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons Especially Women and Children, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime”, 15 November 2000, <https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/protocoltraffickinginpersons.aspx>

<sup>23</sup> Polaris, “Recognizing Sex Trafficking”, acessado o 25 de janeiro de 2021, <https://polarisproject.org/sex-trafficking/>



## CONTEXTO

### Desenvolvimento humano

Índice do desenvolvimento humano: 0,754 (2015)  
Médio de anos de educação: 7,8 years (2015)

### Indicadores de trabalho:

Emprego vulnerável: 23,1% (2013)  
Taxa de trabalhadores na pobreza: 2,2% (2016)

## MEDIÇÃO

Usando dados de prevalência que fornecem a cobertura temporal mais ampla das medidas mais completas e comparáveis disponíveis pelos padrões do ICLS, o trabalho infantil entre 2002 e 2015 diminuiu 59%. A visualização de dados abaixo exhibe estatísticas anuais de trabalho infantil com base em uma variedade de pesquisas domiciliares representativas ao nível nacional. Todos os anos de dados seguem os padrões estabelecidos pela colaboração interagencial entre OIT, UNICEF e Banco Mundial, embora, em alguns casos, não sejam perfeitamente comparáveis entre anos.

### Disponibilidade de dados



**Dados de trabalho infantil** de OIT/UNICEF disponíveis

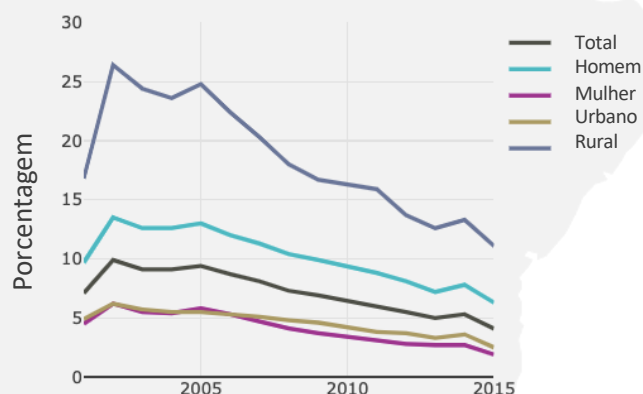


**Dados de trabalho forçado** da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) disponíveis



**Dados de tráfico de pessoas** da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) disponíveis

### Melhores dados da meta 8.7 dos ODS: Taxa de trabalho infantil



## ESFORÇOS DO GOVERNO

### Ratificações fundamentais

- ILO Worst Forms of Child Labour Convention, C182: Ratificado no 2000
- UN Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children (Palermo Protocol): Ratificado no 2004

### Estratégias nacionais

- [III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 2018-](#)
- [2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, 2008-](#)
- [National Plan to Combat Sexual Violence Against Children and Adolescents, 2013–2020](#)

### Cobertura de proteção social

(59,8% da população está coberta por pelo menos uma no 2016):

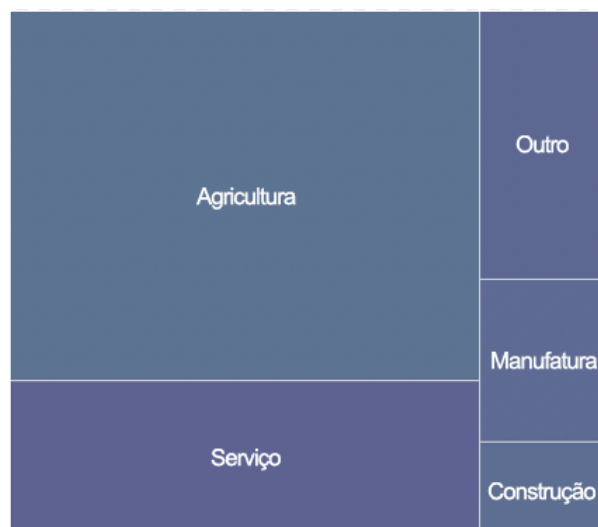
- Pensão: 78,3% (2016)
- Desempregado: 7,8% (2016)
- Pobres: 100%
- Vulnerável: 42% (2016)
- Deficiente: 100% (2016)
- Crianças: 96,8% (2016)

## CRIANÇAS EM ATIVIDADE ECONÔMICA, POR SETOR, DE 5 A 14 ANOS: TOTAL (Fonte: OIT)

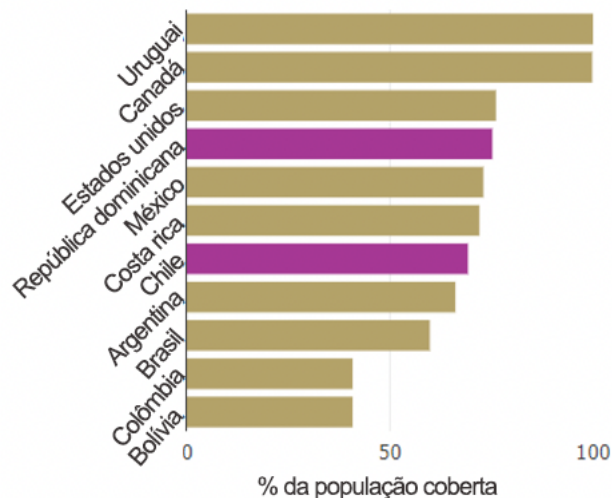
Identificar os setores nos quais existe a maior parte do trabalho infantil pode ajudar os atores políticos e profissionais a direcionar esforços para essas indústrias.

Os últimos dados disponíveis sobre trabalho infantil por setor para o Brasil são de 2014. Pela estimativa de 2014, o setor de Agricultura teve o maior número de crianças trabalhadoras, seguido do setor de Comércio, Hotéis e Restaurantes e do setor de Outros Serviços.

O gráfico à direita exibe a prevalência de trabalho infantil em cada setor para todas as crianças.



## COMPARAÇÃO REGIONAL DE PROTEÇÃO SOCIAL: AMÉRICAS (Fonte: OIT)



O artigo seminal da OIT sobre a economia do trabalho forçado, [Profits and Poverty](#), explica a hipótese de que a proteção social pode mitigar os riscos que surgem quando uma família é vulnerável a choques repentinos de renda, ajudando a prevenir a exploração do trabalho. Também sugere que o acesso à educação e ao treinamento de habilidades pode aumentar o poder de negociação dos trabalhadores e evitar que as crianças, em particular, se tornem vítimas de trabalho forçado. Medidas para promover a inclusão social e enfrentar a discriminação contra mulheres e meninas podem contribuir muito para prevenir o trabalho forçado.

As barras douradas indicam que um país se comprometeu com o Call to Action do Governo do Reino Unido de 2017 para acabar com o trabalho forçado, a escravidão moderna e o tráfico humano. Se um país não aparecer em um gráfico, isso indica que não há dados recentes disponíveis para o tipo de proteção social visualizada.



[delta87.org](https://delta87.org)

[@delta87org](https://twitter.com/delta87org)

767 Third Avenue, Suite 35B

Nova Iorque, NY 10017

EUA